

DAS ABÓBORAS AOS GRÃOS DE SOJA: UMA ANÁLISE TERRITORIAL DE RIO VERDE, GOIÁS

Fernando Uhlmann Soares

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano (IFGoiano)
fernando.soares@ifgoiano.edu.br

Ricardo Junior de Assis Fernandes Gonçalves

Universidade Estadual de Goiás (UEG)
ricardo.goncalves@ueg.br

RESUMO

O presente texto apresenta resultados da pesquisa que teve como centralidade compreender as implicações territoriais da modernização conservadora da agricultura e do território de Rio Verde no Sudoeste Goiano. A metodologia contou com procedimentos de pesquisas qualitativa e quantitativa, como investigação bibliográfica, pesquisa de campo, entrevistas, registros fotográficos, levantamento e sistematização de dados e informações em mapas, gráficos e quadros. Os resultados permitiram constatar que a formação econômica e social de Rio Verde revela a integração dos territórios do Cerrado às redes de produção globais da economia capitalista. Ademais, sublinha-se que esse processo, revelador de transformações das forças produtivas, toca uma mudança de representação do município como “cidade das abóboras” para “cidade do agronegócio” ou “capital do agronegócio”. Como reação crítica a isso, defende-se que Rio Verde, devido às contradições e conflitos do modelo monocultor e agroexportador, pode ser denominado de “cidade do agrotóxico”. Finalmente, a interpretação territorial desenvolvida na pesquisa permitiu sistematizar resultados que contribuem com o debate geográfico crítico promovido em Goiás.

Palavras-chaves: Agrotóxicos. Água. Cerrado. Contaminação.

FROM PUMPKINS TO SOYBEANS: A TERRITORIAL ANALYSIS OF RIO VERDE, GOIÁS

ABSTRACT

The present text presents results of the research that had as centrality to understand the territorial implications of the conservative modernization of agriculture and the territory of Rio Verde in the Southwest of Goiás. The methodology relies on qualitative and quantitative research procedures, such as bibliographic research, field research, interviews, photographic records, survey and systematization of data and information on maps, graphs and charts. The results showed that the economic and social formation of Rio Verde reveals the integration of the Cerrado territories with the global production networks of the capitalist economy. Furthermore, it is emphasized that this process, revealing the transformations of the productive forces, touches a change in the representation of the municipality as “city of pumpkins” to “city of agribusiness” or “capital of agribusiness”. As a critical reaction to this, it is argued that Rio Verde, due to the contradictions and conflicts of the monoculture and agro-export model, can be called “pesticide city”. Finally, the territorial interpretation developed in the research allowed to systematize results that contribute to the critical geographical debate promoted in Goiás.

Keywords: Pesticides. Water. Cerrado. Contamination.

INTRODUÇÃO

Antes de se tornar conhecida como “capital do agronegócio”, Rio Verde contava com outra denominação local: “cidade das abóboras”. Segundo Cunha Neto (1988), uma das histórias divulgadas sobre o apodo “Rio Verde das abóboras” conta que tal apelido foi cunhado pejorativamente por soldados que acamparam no então Arraial de Nossa Senhora das Dores de Rio Verde, durante a Guerra do Paraguai, por volta dos anos de 1840. À época, a abóbora era fruto abundante consumido principalmente por porcos e raramente destinado à alimentação da população.

Sendo a tropa composta por mais de 3.000 homens e como ficou acampada por pelo menos quatro dias no Arraial, a única alternativa que restou aos militares foi se alimentarem desse fruto em Rio Verde.

De um termo vulgar, os apelidos “Rio Verde das abóboras” ou “abobrense” passaram a ser usados como adjetivos afetivos para designar, respectivamente, a cidade e o rio-verdense de nascimento. Mais que uma referência identitária ao lugar, os elementos iconográficos que materializam o apelido nas praças, prédios e muros parecem mostrar que a população nutre um carinho por carregar esse epíteto, uma vez que ele une elementos que a caracterizam regionalmente: as abóboras e o verde do nome que representa o rio Verdão da qual se origina a toponímia.

A representação de Rio Verde como “cidade das abóboras”, mesmo mantendo relação com a história local, perdeu hegemonia diante da expansão da monocultura de grãos e das agroindústrias. A mudança nas estruturas produtivas locais, nos usos dos solos e nas integrações econômicas regional, nacional e internacional provocou também uma transformação na representação social do território e de sua gente. Decorre disso a denominação do município como “capital do agronegócio”, caracterizada pelas monoculturas, especialmente de soja - daí a travessia de “Rio Verde das abóboras” ao “Rio Verde dos grãos de soja”.

Sendo assim, o presente texto apresenta os resultados da pesquisa que teve como centralidade compreender as implicações territoriais da modernização da agricultura e do território em Rio Verde, Sudoeste Goiano. Constata-se que a formação econômica e social de Rio Verde revela a integração dos territórios do Cerrado às redes de produção globais da economia capitalista. Ademais, sublinha-se que esse processo, revelador de transformações das forças produtivas, toca uma mudança de representação do município como “cidade das abóboras” para “cidade do agronegócio” ou “capital do agronegócio”. Como reação crítica a isso, defende-se que Rio Verde, devido às contradições e conflitos do modelo monocultor e agroexportador, pode ser denominado de “cidade dos agrotóxicos”.

A metodologia contou com procedimentos de pesquisa qualitativa e quantitativa, como investigação bibliográfica, pesquisa de campo, entrevistas, registros fotográficos, levantamento e sistematização de dados e informações em mapas, gráficos e quadros.

Além desta introdução, o texto está dividido em três partes. Inicialmente, sublinha-se o debate sobre modernização da agricultura nos territórios do Cerrado e as contradições do modelo de agricultura mundializada em Rio Verde. Isso enraizou discursos como o de que Goiás ou o Cerrado possuem uma vocação natural para agricultura, o que é problematizado no texto. Na segunda parte, compreendem-se as contradições da agricultura mundializada e a territorialização dos monopólios em Rio Verde. Revela-se o controle corporativo dos territórios pela ação de empresas nacionais e estrangeiras do setor agrícola. Por fim, evidencia-se que a representação de Rio Verde como “capital do agronegócio” nubla contradições e conflitos desse modelo agroexportador. Diante disso, a constatação de que o uso de agrotóxicos no município exemplifica e sinaliza essas contradições e, por isso, é considerado no texto “cidade do agrotóxico”. As considerações finais sintetizam os principais resultados e apontam os desafios da leitura territorial crítica de Rio Verde e do Cerrado goiano.

A “VOCAÇÃO” AGROPECUÁRIA QUE A REVOLUÇÃO VERDE ENRAIZOU

A datar do início do século XX, a região Centro-Oeste do Brasil foi alvo de políticas governamentais substanciadas em discursos desenvolvimentistas de integração econômica do território nacional, como a Marcha para o Oeste, implantada por Getúlio Vargas no decorrer do Estado Novo (1937-1945). Passados os anos 1950, a Revolução Verde indicou o caminho do que se convencionou chamar de “vocação agropecuária”, bem como a ditar as novas regras de crescimento econômico do Centro-Oeste e até mesmo do Brasil. A partir da introdução de pacotes tecnológicos para aumento de produtividade de grãos sob o argumento discursivo da “erradicação da fome mundial”, essa fórmula conservadora das contradições e desigualdades no campo ecoou a denominação do Cerrado como “celeiro produtivo”, “celeiro agrícola” ou “celeiro do Brasil”.

A acepção da palavra “celeiro” expõe a necessidade de problematizações. Por um lado, o uso da antonomásia procura enaltecer alguns territórios como sendo aqueles modernos e “luminosos” (SANTOS, 1999), portanto, equipados de infraestruturas e de alta produtividade de grãos, como o caso de Rio Verde. Por outro lado, uma analogia crítica pode interpretar o “celeiro” como estrutura

predial rural que fica, por vezes, mais afastada da sede da fazenda para evitar que o cheiro dos produtos armazenados e possíveis insetos e roedores infestem a propriedade principal. Assim, o celeiro é aquele local relegado à medida em que nem sempre é mantido em boas condições e que, também serve para guardar maquinários, equipamentos e agrotóxicos.

Desse modo, enquanto “celeiro agrícola” os territórios do Cerrado goiano e especificamente de Rio Verde ainda fundamentam a denominação convencionada como “capital do agronegócio”. Contudo, esse discurso geralmente nubla as contradições, conflitos e ideologias que povoam as noções de “celeiro”, “capital do agronegócio” ou “modernização agrícola”. Porto e Milanez (2009) apresentam uma série de impactos relacionados à agricultura capitalista monopolista.

O aumento da produtividade agrícola nas últimas décadas tem evoluído significativamente, inclusive no Brasil, justificando para muitos nossa vocação como “celeiro” do mundo. A “eficiência” desse novo modelo de agricultura baseado em novas tecnologias pode ser vista no número de pessoas que um agricultor, além de si mesmo, seria capaz de alimentar. [...] Apesar do aumento da capacidade de geração de oferta de alimentos sem precedentes, é importante salientar que o aumento da produtividade agrícola é responsável por vários efeitos negativos como, por exemplo, a concentração de terras, renda e poder político dos grandes produtores através da ampliação das monoculturas; o desemprego e a migração campo-cidade com impactos no caos urbano das metrópoles dos países periféricos; o não atendimento às demandas de segurança alimentar dos países mais pobres, quando estes produzem mercadorias agrícolas que não são alimentos (caso dos biocombustíveis) ou são exportados como commodities para os países mais ricos e, ainda, o uso intensivo de agrotóxicos e agroquímicos, uma das marcas da “modernização agrícola” no Brasil (p. 1989).

Diante disso e conectado à lógica da Divisão Internacional do Trabalho (DIT), um território chamado de “celeiro” ou “cidade do agronegócio” é atravessado por contradições e conflitos em qualquer país, estado ou município. Primeiro, pois esse território fica encarregado de produzir matéria prima de baixo valor agregado quando comparada aos pacotes tecnológicos vindos dos países capitalistas centrais, inclusive os insumos utilizados no campo como os químicos, biológicos e mecânicos. Segundo, assim como o celeiro é um local distante da sede da propriedade rural, é um território distante dos principais centros econômicos e políticos. Terceiro, conforme a oscilação do mercado de commodities ou das relações internacionais entre países, o território-celeiro pode ser abandonado ou entrar em crise. Assim, a situação de celeiro não se mostra vantajosa ao longo prazo.

Dessa maneira, compreender Rio Verde como “cidade do agronegócio”, o que para Elias (2007, p. 120) são aquelas cidades “cujas funções de atendimento às demandas do agronegócio globalizado são hegemônicas sobre as demais funções”, requer não olvidar contradições e conflitos. Atento a isso, destaca-se a definição que Pizarro (2017) apresenta de agronegócio:

O agronegócio é a etapa mais agressiva da modernização da agricultura, impõe regras biológicas, legais, comportamentais tanto para a sociedade, como para os próprios elementos da natureza que reproduz. As viabilidades econômicas e técnicas do agronegócio são concretizadas pelas ações do Estado que legitima via leis, financiamentos e planejamento dos espaços para a reprodução dessa atividade econômica (PIZARRO, p. 226, 2017).

Rio Verde e a Região do Sudoeste Goiano, que possuem o agronegócio no centro da dinamização econômica local e regional, são exemplos das contradições que atravessam esse modelo. O Sudoeste Goiano se mostra como um dos polos econômicos de Goiás e do país ao direcionar seus esforços na manutenção de uma estrutura oligárquica latifundiária capitalista monopolista produtora de grãos e cana-de-açúcar e criadora de gado, aves e suínos.

Dados do Instituto Mauro Borges de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos, do Estado de Goiás (IMB, 2019), mostram Rio Verde na quarta colocação quanto ao Produto Interno Bruto (PIB) dos 246 municípios do Estado de Goiás para o ano de 2017. O município fica atrás de Goiânia, Anápolis e Aparecida de Goiânia - que fazem parte da Região Metropolitana - e concentra o maior PIB do interior do estado. Assim, por ser o maior PIB agropecuário do Estado de Goiás, Rio Verde é considerado a “capital do agronegócio” no estado. Conforme o IMB (2019),

O município de Rio Verde manteve-se com a maior participação no total da produção agropecuária do estado (7,0%). Destacou-se em 2017 como o maior produtor de soja, maior cultivo de cereais, maior criador de suínos e aves do estado de Goiás. Ademais, também se destaca na cana-de-açúcar, lavoura temporária, silvicultura e

extração vegetal e bovina. Esse município também se destacou no cenário nacional como segundo maior VA (valor agregado) da Agropecuária do país (IMB, 2019, p. 15).

Mesmo com toda essa opulência produtiva e econômica, Rio Verde possui o sexto maior Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) de Goiás, conforme o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento Humano 2010 (PNUD, 2013). Ainda, conforme a ferramenta de eficiência municipal do jornal Folha de São Paulo e do Datafolha (FOLHA DE SÃO PAULO, 2018), Rio Verde ficou na posição 4.636 entre 5.281 municípios no *Ranking* de Eficiência dos Municípios (REM-F). Esta ferramenta afere quais as prefeituras do Brasil entregam mais serviços básicos à população usando menos recursos financeiros. Considera o atendimento na saúde, educação e saneamento e verifica qual a eficácia na gestão da receita *per capita* disponível de cada cidade (FOLHA DE SÃO PAULO, 2018).

A produção de territórios especializados em produtos primários revela uma relação subordinada entre estados e municípios às corporações de setores produtivos como mineração e agronegócio. Logo, em Rio Verde, o processo de agroindustrialização é revelador da internacionalização de territórios extrativos em grande escala, apropriados e cindidos pelo que Oliveira (2016) denomina territorialização dos monopólios na agricultura.

TERRITORIALIZAÇÃO DOS MONOPÓLIOS: AGROINDUSTRIALIZAÇÃO E INTERNACIONALIZAÇÃO DOS TERRITÓRIOS

O município de Rio Verde é um território síntese do estado de Goiás em virtude da destacada situação econômica no interior goiano com atividades focadas nos setores agrícolas, industriais e agropecuárias. No setor primário conta com uma forte agricultura de grãos como soja, milho e sorgo assentada sobre o modelo de mundialização da agricultura capitalista: latifundiária, mecanizada, tóxica e agroexportadora em constante conflito com o Cerrado e sua população. Este modelo transformou as terras do Cerrado em vastas monoculturas (Figura 1), que contam com capital técnico e tecnológico desde o preparo do solo, plantio, colheita, armazenamento, processamento e transporte.

Figura 1 – Rio Verde (GO): monocultura da soja

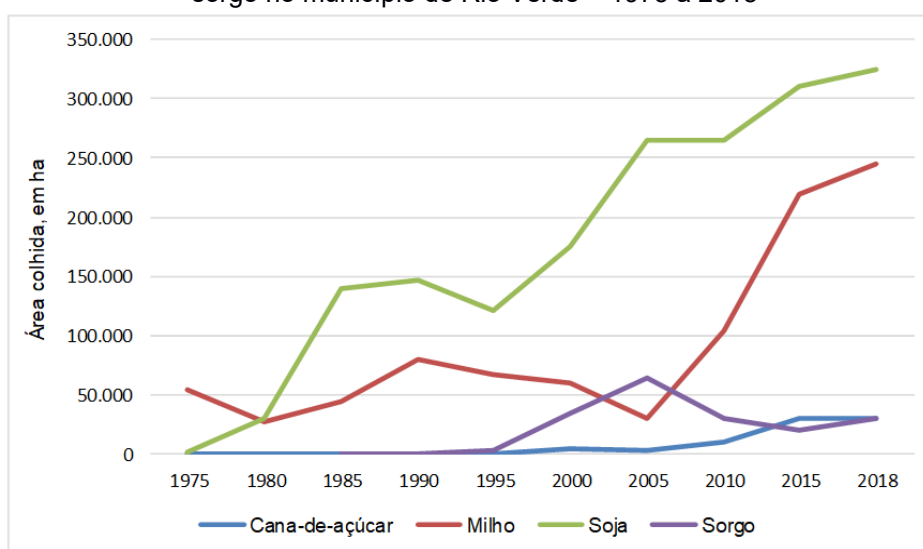


Fonte: Weber Dias Ferreira Júnior (2019).

A figura 1 ilustra uma monocultura de soja em terrenos localizados no município de Rio Verde, cuja planura das paisagens facilita a movimentação de maquinários e demonstra que o relevo influi na apropriação econômica do território. Em primeiro plano se estende o verde das plantas de soja que substituíram o verde da vegetação do Cerrado que foi desmatada. Ao fundo, à esquerda, percebem-se resquícios da vegetação original que sobraram em pequenos vales, especialmente devido à proximidade com áreas de nascentes e veredas.

Nas últimas décadas as paisagens do Cerrado em Rio Verde foram transformadas com o avanço e consolidação territorial do agronegócio. Pela figura 2, deduz-se a expansão das monoculturas de soja, milho, sorgo e cana-de-açúcar no município a partir da inserção de seus territórios nos planos das políticas desenvolvimentistas como Programa de Desenvolvimento da Região Centro-Oeste (POLOCENTRO) e Programa de Cooperação Nipo-Brasileira para o Desenvolvimento dos Cerrados (PRODECER), implementadas no Cerrado a partir dos anos 1970 (INOCÊNCIO, 2010).

Figura 2 – Rio Verde (GO): evolução da área colhida, em hectares, de cana-de-açúcar, milho, soja e sorgo no município de Rio Verde – 1975 a 2018



Fonte: IBGE. Elaborado pelos autores.

A expansão da fronteira da soja no município de Rio Verde foi expressiva em dois momentos, o primeiro entre 1975 e 1990, período em que os programas agrícolas no contexto dos PNDs – Planos Nacionais de Desenvolvimento foram decisivos; e o segundo entre 1995 e 2018, caracterizado por nova fase de agroindustrialização e internacionalização da produção devido às demandas e *boom* dos mercados de comódites agrícolas.

No primeiro, entre 1975 a 1990, a área colhida de soja arrancou de 1.400ha para mais de 146.000ha, um aumento de 10.376%; no período entre 1995 a 2018 cresceu de 122.000ha para 320.000ha, um aumento de 166,3%. No caso da evolução da área colhida de milho, o aumento significativo ocorreu entre 2000 e 2018, de 60.000ha para 245.000ha, uma ampliação de 308,3%.

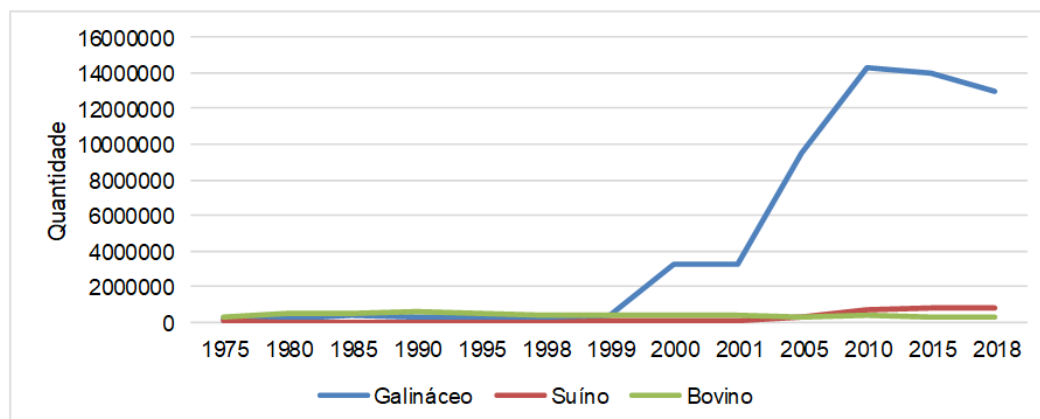
O sorgo, por sua vez, teve elevação da área colhida de maneira aguda no período entre 1995 a 2005, saindo de 3.000ha para 65.000ha, um salto de 2.066%. Após 2005, a área colhida cai e mantém a média por volta de 25.000ha. Por fim, a área colhida de cana-de-açúcar se expande após 2005, de 2.626ha para 30.000ha em 2018, aumento de 1.042%.

No setor secundário a indústria transforma parte dos grãos em alimentos para aves e suínos que são criados, abatidos e desossados no município. Na figura 3 está a evolução da produção de pecuárias no período de 1975 a 2018.

No primeiro período, entre 1975 e 2000, o crescimento do efetivo de galináceo foi 1.300%. Contudo, o salto de crescimento ocorreu apenas com a chegada da antiga agroindústria Perdigão (atual [2020] BRF – Brasil Foods S.A). De 1999 para 2000, o número pulou de 424 mil para 3,2 milhões de galináceos, um aumento de 600%. No período entre os anos 2000 e 2018, o efetivo de galináceo aumentou de 3,2 milhões para 12,9 milhões, um crescimento de 303,4%. Houve um pico de produção em 2010, ano em que o efetivo de galináceo alcançou 14,3 milhões, depois estabilização e queda.

A evolução do efetivo de suínos apresenta um significativo aumento em dois períodos, o primeiro é de 1975 a 1999, e o segundo de 1999 a 2018. No primeiro, o aumento foi de 35 mil para 104,6 mil, crescimento de 63,9%. No segundo, observa-se o aumento de 104,6 mil para 765 mil, crescimento de 630%. Por fim, a evolução do efetivo de bovinos houve uma queda de 538 mil em 1975 para 319 mil em 2018, uma queda de 40%.

Figura 3 – Rio Verde (GO): evolução do efetivo de galináceo, suíno e bovino no município de Rio Verde - 1975 a 2018



Fonte: IBGE. Elaborado pelos autores.

Os resultados da movimentação produtiva e econômica promovida pelo setor agroindustrial em Rio Verde possuem implicações territoriais no campo e na cidade. Um dos exemplos disso são os investimentos na construção civil, figura 4, que “arranha os céus” para as classes ricas e avança horizontalmente em novas áreas para especular o bolso do trabalhador rio-verdense seja por meio do aluguel de quarto e sala, seja pela venda de terrenos em bairros populares ou elitizados, no caso dos condomínios fechados.

Figura 4 – Rio Verde (GO) - Enclaves fortificados na cidade, 2019



Fonte: Pesquisa de campo, Rio Verde, outubro de 2019.

A dinâmica do setor terciário contribui para transformar a cidade em polo de venda de produtos e máquinas para produção agropecuária; bem como polo de serviços médico-hospitalares com diversas especialidades, internações e cirurgias. É também um polo educacional que abriga inúmeras escolas e faculdades públicas e privadas. Ainda, a cidade oferece aos moradores e população vizinha uma rede de bares, restaurantes, macroatacados e *shoppings* semelhantes àqueles das cidades metropolitanas de Goiás.

Contudo, é no setor primário que se verifica a atuação dos vetores que irradiam a representação de Rio Verde como “capital do agronegócio”. O setor primário é identificado quando Oliveira (2016) afirma que o capitalismo monopolista mundializado está estruturado sobre uma tríade: a produção de comódites, a formação das empresas monopolistas mundiais e as bolsas de mercadorias e de futuro.

A região Centro-Oeste, o estado de Goiás e o município de Rio Verde atendem as três partes: a produção de comódites de grãos, criação de animais e exploração mineral, bem como a instalação de empreendimentos de corporações nacionais e mundiais. Ainda, as mercadorias podem ser negociadas pela Brasil, Bolsa e Balcão (B3) surgida em 2017 a partir da fusão da Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos (Cetip) com a Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros de São Paulo (BM&F Bovespa).

O primeiro termo da tríade teve como objetivo transformar toda produção do campo em produção de *commodities* (mercadorias) para ofertá-la ao mercado mundial. Ou seja, a produção de alimentos saiu da órbita da geopolítica como questão estratégica nacional, passando assim, a ser simplesmente, mais uma mercadoria a ser comprada no mercado mundial, independentemente de onde ela fosse produzida. [...] O segundo termo da tríade, são as bolsas de mercadorias e futuro que passaram a ser o centro regulador dos preços mundiais das *commodities*. [...] O terceiro termo da tríade foi a formação das empresas monopolistas mundiais (*world monopolistic enterprises*), que permitiu o controle monopolista da produção das *commodities* do campo (OLIVEIRA, 2016, p. 123-125).

Assim, a territorialização dos monopólios em Rio Verde dá-se mediante o controle corporativo de territórios e da produção. Na figura 5 é possível observar algumas das empresas monopolistas mundiais responsáveis pela dinâmica e dinamismo capitalista em Rio Verde que oferta ao mercado mundial suas mercadorias de grãos, aves, suínos e seus derivados processados. O município possui, por exemplo, unidades industriais ou escritórios comerciais da Cargill, Bunge, Louis Dreyfus, Mosaic, Nidera e as brasileiras BRF e COMIGO.

A atuação dessas empresas em Rio Verde intensificou o controle corporativo do território (SILVEIRA, 2008) e, ao mesmo tempo, aprofundou a inserção do município nas redes globais de comódite. Nos últimos anos, Rio Verde tornou-se o principal polo econômico no *ranking* das exportações goianas. Da quarta posição em 2007, Rio Verde se tornou, em Goiás, o principal município no *ranking* das exportações nos últimos anos (IMB, 2017).

É possível identificar que a inserção de Rio Verde na rota mundializada do capital se dá via exportações de carne, grãos e seus derivados. Assim, é um quadro revelador de uma estrutura produtiva e econômica primário-exportadora, o que não se diferencia do regime das exportações feitas pelo estado de Goiás.

Ademais, além de anotar a evolução da posição de Rio Verde de quarto para o primeiro no *ranking* dos municípios exportadores de Goiás, o valor (nominal) das vendas subiu de US\$ 110,1 milhões em 2007, para US\$ 977,4 milhões em 2017, um aumento de 787,7% (IMB, 2017). Contudo, esse processo se territorializa nos lugares e aprofunda contradições, segregações espaciais e desigualdades sociais.

Figura 5 – Rio Verde (GO): empresas monopolistas mundiais instaladas no município, 2019



Fonte: Pesquisa de campo, Rio Verde, outubro de 2019.

As contradições e conflitos também são expressivos ao se considerar as implicações ambientais do modelo econômico baseado no agronegócio e sua relação com os solos, as águas e os trabalhadores. É indissociável do agronegócio em Rio Verde e da região do Sudoeste Goiano o avanço do desmatamento das áreas nativas de Cerrado, concentração fundiária, segregação urbana, uso excessivo de agrotóxicos e riscos de contaminação dos solos, das águas, do ar e dos trabalhadores. Assim, da mesma forma que é propalada “cidade do agronegócio”, Rio Verde também pode ser considerada “cidade do agrotóxico”.

RIO VERDE: CIDADE DO AGROTÓXICO

Na narrativa do escritor uruguaio Eduardo Galeano (1940-2015), Miguel López Rocha, um menino de oito anos, não é somente um personagem quando se trata dos riscos de envenenamento em que as populações do campo e da cidade no mundo estão expostas.

No ano de 2008, Miguel López Rocha, que estava brincando nos arredores da cidade mexicana de Guadalajara, escorregou e caiu no rio Santiago. Miguel tinha oito anos de idade. Não morreu afogado. Morreu envenenado. O rio contém arsênio, ácido sulfúrico, mercúrio, cromo, chumbo e funaro, jogados em suas águas pela Aventis, Bayer, Nestlé, IBM, Dupont, Xerox, United Plastics, Celanese e outras empresas, que em seus países estão proibidas de fazer esse tipo de doação (GALEANO, 2020, p.1).

No Brasil, o uso de agrotóxicos é um exemplo indubitável, pois anualmente milhares de trabalhadoras e trabalhadores são intoxicados por agrotóxicos (BOMBARDI, 2019). Não só trabalhadoras e trabalhadores, mas, também crianças que brincam e brincavam como Miguel López Rocha, o personagem narrado por Galeano.

Em 2013, foi exatamente no momento de recreio das crianças da Escola Municipal Rural São José do Pontal, localizada no Assentamento Pontal dos Buritis, município de Rio Verde, que um avião com agrotóxicos pulverizou o pátio da escola. Intoxicou mais de 100 pessoas incluindo, principalmente, crianças que estavam livres entre os lanches e brincadeiras. Essa tragédia está narrada no documentário

Pontal do Buriti – brincando na chuva de veneno, produzido por Dagmar Talga (ESSÁ Filmes, 2013). Segundo entrevista dada pelo diretor da escola atingida, que também foi intoxicado, os casos de intoxicação possuem efeitos contínuos na saúde de professores e alunos.

Sim, é diário. As crianças reclamam de dor de cabeça, dor no estômago. Tem uma professora que teve de deixar o ensino rural. Ela foi [transferida] para a cidade porque, toda vez que tinha contato com o veneno, tinha problemas na pele. Hoje, eu estou [como professor de educação física] em 5 escolas diferentes, todas têm plantação em volta. Em todas os alunos são intoxicados com frequência, mas não podem falar que é dos agrotóxicos porque os pais trabalham nas fazendas. Os alunos só falam com a gente, professores. Mas, quando a gente procura os pais, eles dizem que não é por causa dos agrotóxicos. Eu falo muito sobre isso na escola, mas sei que em casa não pode. Se o pai falar, perde o sustento dos filhos. É uma situação difícil de mudar (REPÓRTER BRASIL, 2018).

Na Região do Sudoeste Goiano, comandada pelos interesses das corporações do agronegócio, o uso de agrotóxicos é objeto de pesquisas e preocupações da vigilância sanitária do ambiente e do trabalho. Assim, considerando a distribuição espacial do uso de agrotóxicos no Brasil, os resultados obtidos por Pignati et.al. (2017) confirmam que tanto o município em Rio Verde, quanto os tipos de cultivos praticados nele são líderes em uso de agrotóxicos no país e no estado.

A soja foi a cultura que mais utilizou agrotóxicos no Brasil, representando 63% do total, seguido do milho (13%) e cana-de-açúcar (5%). [...] Os dez municípios que mais consumiram agrotóxicos em litros no Brasil foram: Sorriso-MT (14,6 milhões), Sapezal-MT (11,1 milhões), São Desidério-BA (10,2 milhões), Campo Novo do Parecis-MT (9,1 milhões), Nova Mutum-MT (9,0 milhões), Formosa do Rio Preto-BA (8,1 milhões), Nova Ubiratã-MT (8,0 milhões), Diamantino-MT (7,6 milhões), Rio Verde-GO (7,3 milhões), Campo Verde-MT (6,7 milhões) (PIGNATI, et. al, 2017, p. 3284).

Os dados apresentados por Pignati et.al (2017) sinalizam que as principais cidades consideradas do agronegócio no Brasil são também as que mais consomem agrotóxicos. Se o quantitativo de produção serve aos produtores rurais para intitular Rio Verde de capital ou “cidade do agronegócio”, o mesmo procedimento pode ser considerado para situá-la na condição de “cidade do agrotóxico”. Com efeito, por ser uma das principais utilizadoras de agrotóxicos do país, Rio Verde pode ser considerada uma das “cidades do agrotóxico” de Goiás e do Brasil.

O aumento do uso de agrotóxicos em Goiás é um problema agravado nos últimos anos. Conforme dados apresentados pelo O Popular (2018), entre 2000 e 2017 a venda legal de agrotóxicos autorizados e consumidos em Goiás elevou de 13,4 mil toneladas para 43,5 mil toneladas, um aumento de 224,5% no decorrer de 17 anos. Todavia, esses dados estão distantes da realidade quando se considera o comércio e o consumo ilegais desses produtos, especialmente pela ação do contrabando. E a região Sudoeste de Goiás está na principal rota da “ilegalidade tóxica”, devido à ação de contrabandistas de agrotóxicos.

Em Goiás, a principal região que tem sido alvo da ação dos criminosos é a Sudoeste, onde o aumento de 27,2% das apreensões feitas este ano, em relação ao ano passado, sinaliza a crescente atuação de grupos e compradores de insumos de origem duvidosa. Ao todo, quase sete toneladas de agrotóxicos sem procedência, sem registro no Brasil, de efeitos e consequências desconhecidas foram recolhidas, desde janeiro, pelo Comando de Operações de Divisas (COD) nas rodovias que ligam as cidades de Rio Verde, Jataí e Mineiros (O POPULAR, 2018, p.1).

Os dados sublinhados pelo O Popular (2018) expõem a gravidade da situação de uso e consumo ilegal de agrotóxicos, o que piora os riscos de contaminação dos ambientes, trabalhadores e demais sujeitos expostos a esses produtos. Consequentemente, a população que vive e trabalha nos territórios do Cerrado, formada por indígenas, quilombolas, ribeirinhos, agricultores, camponeses, sertanejos e comunidades tradicionais vem sendo intoxicada ou sujeita aos riscos de intoxicação no campo e na cidade. Um dos casos relatados pela *Human Rights Watch* (2018) sobre contaminação de comunidades rurais por agrotóxicos aparece ligado a uma companhia de aviação agrícola que pulverizou a escola do Assentamento Pontal dos Buritis, Rio Verde, com mais de uma centena de alunos e profissionais que estavam no recreio.

A figura 6 exemplifica os dois títulos atribuídos ao município na medida em que o agronegócio implica o uso de agrotóxicos, elevada produção de comódite ao mesmo tempo em que intoxica a população e o meio ambiente; além de beneficiar grupos políticos e econômicos específicos.

Figura 6 - Rio Verde (GO): a “capital do agronegócio” ou “cidade agrotóxico” em Goiás?, 2019.



Fonte da fotografia: Pesquisa de campo, Rio Verde, outubro de 2019.

Fonte da reportagem: <<http://g1.globo.com/goias/noticia/2013/05/aviao-agricola-sobrevoa-escola-e-intoxica-dezenas-de-criancas-em-go.html>>. Acesso em: 19/01/2019.

Na imagem da esquerda, o painel da prefeitura municipal de Rio Verde, no aeroporto General Leite de Castro, autointitulando e promovendo a cidade como “capital do agronegócio” a todos os que chegam, seja brasileiro ou estrangeiro. O aeroporto é muito utilizado pelas grandes corporações no deslocamento de seus funcionários de médio e alto escalão em direção, principalmente, à São Paulo, onde se localizam as sedes das empresas. Por outro lado, o terminal rodoviário municipal é utilizado pelos trabalhadores nordestinos e de outras regiões que migram cotidianamente em busca de emprego nas linhas de produção dessas mesmas empresas.

Na imagem da direita, uma manchete veiculada (inter)nacionalmente sobre a pulverização sofrida por alunos e funcionários de uma escola rural de Rio Verde. A relação entre intoxicação de trabalhadores por agrotóxicos de usos agrícolas e os territórios apropriados pelo agronegócio em Goiás é apresentada na pesquisa de Neves et.al. (2018), na qual revela que entre 2007 e 2015 houve 2.987 notificações de intoxicações no Estado.

Logo, percebe-se que entre as cidades que se destacaram no número de intoxicações, algumas delas são consideradas “cidades do agronegócio”; ou conforme defendido na presente pesquisa: “cidades do agrotóxico”. São elas: Jataí (304 intoxicações), Goiânia (249), Rio Verde (157), Anápolis (155), Formosa (114), Acreúna (106), Goiatuba (104), Aparecida de Goiânia (64), Mineiros (56) e Montividiu (46) (NEVES et.al., 2018). Os exemplos de Jataí e Rio Verde, no Sudoeste Goiano, as revelam como emblemáticas “cidades do agrotóxico”.

Conforme o “Portal por trás do alimento” (2018), dados disponibilizados pelo Sistema de Informação de Vigilância da Qualidade da Água para Consumo Humano (SISAGUA) do Ministério da Saúde revelam a detecção e concentração de agrotóxicos, de 2014 a 2017, para os municípios de todo Brasil. No quadro 1 é possível verificar quais os químicos presentes na água em Rio Verde.

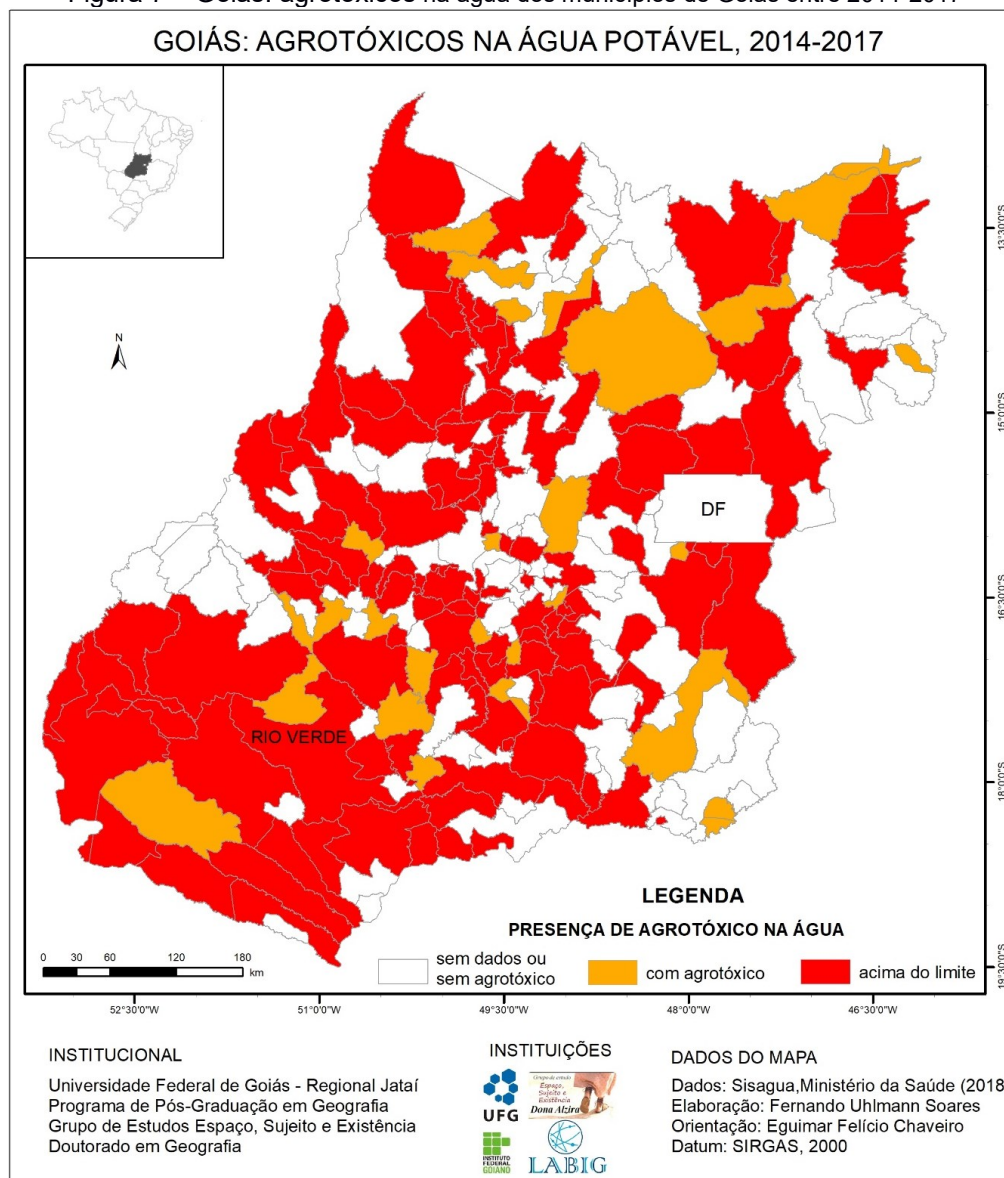
Quadro 1 - Agrotóxicos identificados na água de Rio Verde

Agrotóxico	Número de testes	Quantidade de detecções
Alaclor	69	35
Atrazina	69	40
Clordano	69	22
DDT + DDD + DDE	69	35
Glifosato	51	22
Lindano	65	35
Permetrina	60	30
Trifluralina	68	34
Adrin	69	22
Endossulfan	69	35
Endrin	69	23
Metolaclo	69	38
Molinato	42	28
Parationa Metilica	56	22
Pendimentalina	60	28
Simazina	68	33

Fonte: Por trás dos Alimentos (2018).

No resultado de investigações conjuntas da Repórter Brasil, Public Eye e Agência Pública, foram identificados 16 diferentes tipos de agrotóxicos na água consumida pela população de Rio Verde. Segundo o site, dos 16 agrotóxicos identificados na água de Rio Verde entre 2014 e 2017, os 8 primeiros são associados a doenças crônicas como câncer, defeitos congênitos e distúrbios endócrinos. Entre eles, o tipo Endrin foi detectado acima do limite considerado seguro no Brasil. Já os tipos Atrazina e Metolacoloro foram identificados na água entre 2014 e 2017, e estavam acima do limite considerado seguro na União Europeia. Observe a figura 7:

Figura 7 – Goiás: agrotóxicos na água dos municípios de Goiás entre 2014-2017



Fonte: Por trás dos Alimentos (2018). Elaborado pelo autor (2019).

No mapa 1, é possível identificar que em Goiás a quase totalidade dos municípios possuem água potável contaminada com agrotóxicos. Como se não bastasse, é significativa a espacialização de municípios que possuem concentração desses poluentes acima dos limites estabelecidos pelo Brasil e/ou pela União Europeia.

Os dados apresentados no quadro 1 e no mapa 1 revelam que não só os trabalhadores são impactados pelos agrotóxicos de usos agrícolas, mas toda a população rio-verdense está exposta aos riscos de intoxicações e deterioração da saúde. A presença de agrotóxicos na água é ameaça à saúde pública e expressa a “dinâmica necroeconômica do capital” (ARÁOZ, 2016; GONÇALVES,

2019). Isso requisita a realização de novas pesquisas e atuação efetiva da vigilância sanitária em Rio Verde.

Finalmente, as transformações territoriais em Rio Verde promovidas pela agricultura mundializada são reveladoras do modelo agroexportador nas áreas de Cerrado. Assim, a leitura territorial de Rio Verde fortalece a interpretação crítica desse modelo, suas contradições e conflitos em Goiás.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

“Rio Verde das abóboras” ao “Rio Verde dos grãos de soja” sintetiza mudanças das estruturas produtivas, das paisagens do Cerrado e da territorialização dos monopólios na agricultura voltada para exportação de comódite. Assim, se é conveniente ao modelo de mundialização da agricultura capitalista intitular o município como “capital do agronegócio” em virtude da produção e do PIB elevado; por outro lado, é eloquente denominar o mesmo município como “cidade do agrotóxico”, em virtude do quantitativo do uso de agrotóxicos em relação aos outros municípios do estado e que afeta diretamente a qualidade de vida da população.

Diante das análises da transformação do modelo produtivo agrícola hegemônico em Rio Verde e suas implicações ambientais, demonstra-se que na disputa de narrativas, a noção de capital ou “cidade do agronegócio” pode velar problemas, contradições e conflitos. Ainda, ao atentar para o fato de que Rio Verde se constituiu como “cidade do agrotóxico”, se almeja mostrar a necessidade de fiscalizar, avaliar e substituir o uso os agrotóxicos por práticas alternativas de produção de alimentos para que seja eliminada a contaminação de trabalhadores, do bioma-território Cerrado e de sua população.

Por fim, percebe-se que no processo de formação econômica e social de Rio Verde, as transformações na organização do território promovidas pela modernização do território e territorialização do agronegócio implicaram nos usos do solo, na estrutura fundiária e não menos importante, na dinâmica demográfica local. Diante disso, se destaca a mobilidade de trabalhadores migrantes nordestinos. Trabalhadores que se transformaram em uma das principais forças de trabalho exposta aos ambientes e situações precárias como o manejo de agrotóxicos nas monoculturas de soja. Isso significa dizer que na “cidade do agrotóxico” os trabalhadores rio-verdenses e migrantes são vulnerabilizados no campo e na cidade.

REFERÊNCIAS

- ARÁOZ, H. M.; PAZ, F. Extractivismo: metabolismo necroeconómico del capital y fagocitosis de las agro-culturas. Reflexiones y aprendizajes desde las re-existencias campesinas en el Valle del Conlara. In: PORTO-GONÇALVES, C. W. et.al. (Org.). **Despojos y resistencias en América Latina, Abya Yala**. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Estudios Sociológicos Editora, 2016. P. 141-175.
- CUNHA NETO, O. **Rio Verde**: apontamentos para a sua história. Gráfica e Editora O Popular: Goiânia, 1988.
- FOLHA DE SÃO PAULO. **Ranking de Eficiência dos Municípios – Folha, 2018**. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/remf/>. Acesso em: 21 nov. 2018.
- GALEANO, E. **O perigo de brincar**. Disponível em: <https://www.gamalivre.com.br/2020/02/o-perigo-de-brincar.html>. Acesso em: 23 abr. 2020.
- GONÇALVES, R. J. A. F.. Mineração e o metabolismo necroeconômico do capital em Brumadinho, Minas Gerais. **OTIM - Observatório do Trabalho István Mészáros**, Presidente Prudente / SP, p. 1 - 4, 31 jan. 2019.
- HUMAN RIGHTS WATCH. **Você não quer mais respirar veneno**: as falhas do Brasil na proteção de comunidades rurais expostas à dispersão de agrotóxicos. Disponível em: <https://www.hrw.org/pt/report/2018/07/20/320417>. Acesso em: 19 de jan. 2019.
- IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Produto Interno Bruto Agropecuário do Brasil, 2010**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/pibmunicipios/2010/>. Acesso em: 17 ago. 2016.
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.. **IBGE - cidades @**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/>. Acesso em: 10 fev. 2019.

IMB – INSTITUTO MAURO BORGES DE ESTATÍSTICAS E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS. Produto Interno Bruto (PIB) dos municípios goianos 2017. **Informe Técnico**. Ano IX, Número 08, dezembro de 2019. Disponível em: <https://www.imb.go.gov.br/files/docs/publicacoes/informes-tecnicos/2019/8-pib-municipios-goianos-2017-201912n.pdf>. Acesso em: 08 abr. 2020.

INOCÊNCIO, M. E. **O PRODECER e as tramas do poder na territorialização do capital no Cerrado**. 279 f. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Goiás, Instituto de Estudos Sócio-Ambientais, 2010.

IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, Fundação João Pinheiro. Radar **IDHM: evolução do IDHM e de seus índices componentes no período de 2012 a 2017** [internet]. Brasília, DF: 2019 Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=34682. Acesso em: 18 abr. 2019.

OLIVEIRA, Ariovaldo U. **A Mundialização da Agricultura Brasileira**. São Paulo: Landé Editorial, 2016.

O POPULAR. **Goiás está na rota do agrotóxico ilegal**. 2018. Disponível em: <https://www.opopular.com.br/noticias/cidades/goi%C3%A1s-est%C3%A1-na-rota-do-agrot%C3%B3xico-ilegal-1.1660438>. Acesso em: 25/09/2020.

PERPETUA, G. M. **Pilhagem territorial, precarização do trabalho e degradação do sujeito que trabalha: a territorialização do capital arbóreo-celulósico no Brasil contemporâneo**. 2016. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, São Paulo, 2016.

PIGNATI, W. A. et al. Distribuição espacial do uso de agrotóxicos no Brasil: uma ferramenta para a Vigilância em Saúde. **Ciência & Saúde Coletiva**, ABRASCO: Associação Brasileira de Saúde Coletiva. 22(10):3281-3293, 2017. <https://doi.org/10.1590/1413-812320172210.17742017>

PIZARRO, R. E. C. **O agronegócio e a produção do espaço da região de planejamento sudoeste goiano**. 2017. Tese (Doutorado em Geografia) Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade de Brasília, Brasília.

POR TRAS DO ALIMENTO. **Você bebe agrotóxicos?** Descubra se a água da sua torneira foi contaminada, de acordo com dados do Sisagua. Disponível em: <http://portrasdoalimento.info/agrotoxico-na-agua/>. Acesso em: 20 abr. 2018.

PORTO, M. F.; MILANEZ, B. Eixos de desenvolvimento econômico e geração de conflitos socioambientais no Brasil: desafios para a sustentabilidade e a justiça ambiental. **Ciência & Saúde Coletiva**, ABRASCO: Associação Brasileira de Saúde Coletiva. 14(6):1983-1994, 2009. <https://doi.org/10.1590/S1413-81232009000600006>

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO: (PNUD). **Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, 2013**. Disponível em: http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_uf/goias . Acesso em 23 ago. 2016.

SANTOS, M. **A natureza do espaço: espaço e tempo: razão e emoção**. 3. ed. São Paulo: HUCITEC, 1999.

SILVEIRA, M. L. Los Territorios Corporativos de la Globalización. **Geograficando**, v. 3, n. 3, 2008, pp. 13-26.

Recebido em: 20/09/2020

Aceito para publicação em: 19/11/2020